

Militarização da questão urbana*

Marcelo Lopes de Souza**

Resumo:

Este artigo examina o significado das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no contexto da geopolítica urbana em curso, e os diferentes aspectos da expressão “reconquista do território” amplamente utilizada por diferentes agentes do Estado. Trata-se de uma militarização explícita da questão urbana. Se antes esta era reduzida a um “caso de polícia”, agora avança-se para torná-la de maneira plenamente institucionalizada, uma questão militar.

Palavras-chave: Questão urbana. Militarização. Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

The militarization of the urban question

Abstract:

This article examines the significance of Police Pacification Units (UPPs) in the context of the current urban geopolitics and the different aspects of the expression “re-conquest of territory” widely used by different agents of the State. It involves an explicit militarization of the urban question. If earlier the urban question was reduced to a “case for the police,” now we are moving towards turning it into a wholly institutionalized military question.

Keywords: Urban question. Militarization. Police Pacification Units.

A geopolítica urbana da “guerra ao tráfico”

A partir da desterritorialização dos traficantes de drogas de varejo - venda a retalho - da favela da Vila Cruzeiro (25 de novembro de 2010) e do Complexo de Favelas do Alemão (três dias depois), na Zona Norte do Rio de Janeiro, a expressão “reconquista do território” e outras equivalentes passou a ser fartamente utilizada por diferentes agentes do Estado. Nos dias imediatamente subsequentes àquele que o jornal *O Globo* denominou de “O Dia D da guerra ao tráfico”, a grande imprensa escrita, falada e televisionada ficou saturada de alusões à “estratégia territorial” adotada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, à importância da retomada do “controle territorial” por parte do

*Versão revisada de artigo publicado originalmente em *Passa Palavra*, de 3 de dezembro de 2010 sob o título A “reconquista do território”, ou: um novo capítulo na militarização da questão urbana. Ver: [<http://passapalavra.info/?p=32598>]

**Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. End. eletrônico: mlopesdesouza@terra.com.br

aparelho de Estado e ao revés sofrido pelos traficantes ao terem perdido alguns de seus mais importantes (pela importância logística) territórios.

Muito embora mapas tenham sido já publicados muitas outras vezes em circunstâncias parecidas – por exemplo, mapas com informações, não raro de fidedignidade mais que duvidosa sobre o número de traficantes armados em cada grande favela da cidade –, jamais se viu antes, nos grandes jornais, tamanha profusão de mapas: alguns apenas com a localização dos “territórios a serem reconquistados” pelo Estado, outros com um acompanhamento da geografia do avanço das “forças da ordem”.

As metáforas bélicas também passaram a ser ainda mais abundantemente empregadas. “A Guerra do Rio” é uma expressão consolidada há anos no jornal O Globo, e em vários outros grandes jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*. “Guerra”, “batalha”, “soldados do tráfico” e outras expressões corriqueiras, passaram a conviver com outras, mais desabridas, entre as quais se destaca o “Dia D”. Ironia das ironias: o complexo de favelas que, a partir do “Dia D”, se buscava “reconquistar”, se chama, precisamente, Complexo do Alemão. À diferença da Normandia ocupada pelas tropas do Terceiro Reich, contudo, os “inimigos”, agora, são pessoas nascidas no mesmo país que os “libertadores” – “libertação”, aliás, tem sido outra expressão muito empregada –; na sua esmagadora maioria, esses “inimigos” são jovens negros e mulatos, muitas vezes franzinos, armados com enormes fuzis, mas calçados com chinelos de borracha. A juventude pobre dos espaços segregados é, em última análise, o grande “inimigo” a se temer, real ou potencialmente, no imaginário das elites e da classe média.

O uso das metáforas bélicas vem dos anos 80 e se intensificou na década seguinte, especialmente depois da “Operação Rio (I)”, em 1994. Tratava-se da segunda operação do que viriam a ser numerosos episódios de emprego das Forças Armadas no combate à criminalidade cotidiana. Hoje estas metáforas são mais estimuladas pelo emprego mais decidido (e mais coordenado com o uso das forças policiais) das tropas federais: blindados de diversos tipos dos fuzileiros navais, blindados do Exército, oitocentos homens da Brigada Paraquedista, helicópteros blindados da Força Aérea, etc. Como se pode ver pelos jornais publicados, o uso das metáforas guerreiras foi complementado pela divulgação de ilustrações vistosas dos blindados e dos helicópteros utilizados. As comparações, constantemente feitas entre o “arsenal” dos criminosos e o armamento das Forças Armadas, assim como entre o número estimado de “soldados do tráfico” e o efetivo das forças conjuntas a serviço do Estado, tinham um subtexto que, na boca de alguns comandantes militares¹, às vezes foram explicitadas: os traficantes

¹Como o Comandante do Batalhão de Operações Especiais, o BOPE da polícia fluminense, celebrado pelos filmes “Tropa de Elite” e “Tropa de Elite 2”.

não têm nenhuma *chance*, que se rendam enquanto é tempo. Uma pergunta que praticamente não se fez: o fato de, durante décadas, eles terem “desafiado” o Estado, como gosta de se expressar a grande imprensa, não teve algo a ver com a corrupção e, para além disso, com a própria lógica do Estado e do capitalismo? Mais uma vez, deixou-se na sombra o tema das viscerais articulações entre o legal e o ilegal, a “ordem” e a “desordem”.

“A comunidade hoje pertence ao Estado”...

A frase acima foi empregada, no dia seguinte à “reconquista” da Vila Cruzeiro, pelo subchefe operacional da Polícia Civil do Rio de Janeiro, delegado Rodrigo Oliveira, e variantes dela foram utilizadas também pelo governador Sérgio Cabral Filho e por outras “autoridades”. Nenhum dos especialistas (com ou sem aspas) em segurança pública que desfilaram, em sucessão frenética, naqueles dias de fins de novembro, pelas telas de televisão ou pelas páginas dos jornais, lembrou-se de observar o significado simbólico dessas palavras.

De fato, a “comunidade” nunca *se* “pertenceu”. Embora largamente desassistida e bastante estigmatizada pela classe média, pelo próprio Estado e pela grande imprensa, a tutela estatal exercida de modo a, em geral, mesclar (ou alternar) a brutalidade (arbitrariedades da polícia) e o clientelismo mais rasteiro, não deixou de se fazer presente. Apesar das favelas estarem desassistidas em matéria de provimento de serviços básicos e infraestrutura técnica e social, uma frase como “o Estado sempre esteve ausente [das favelas]” é retórica e politicamente compreensível, mas, em última instância, pouco rigorosa: seja pelas incursões da polícia, seja por meio das malhas do clientelismo, o Estado sempre lançou os seus tentáculos sobre os espaços segregados. Por outro lado, cada vez mais, ao longo dos anos 1980, mas mais ainda a partir da década de 1990, essa tutela passou a ser disputada e teve de se arranjar com a tutela exercida pelos chefetes microlocais do tráfico de varejo – representantes miúdos do capitalismo criminal-informal.

No decorrer das décadas, os traficantes de varejo, regularmente extorquidos por policiais, passaram a se arranjar com os agentes do Estado de várias outras maneiras, em uma promiscuidade que se tornou regra geral: intermediação entre políticos (ou candidatos) e as “comunidades”, em época de eleição ou não; interferências menos ou mais “toleradas”, “negociadas” quotidianamente, junto a programas governamentais, como o Favela-Bairro (urbanização), com a finalidade de evitar intervenções que pudessem causar estorvos à segurança ou aos negócios dos traficantes. Não chegaram, contudo, ao ponto de se organizarem para eleger seus próprios representantes junto às câmaras de vereadores ou à Assembleia Legislativa. Isso ficou para as “milícias”, esquadrões da morte formados por (ex-)policiais e (ex-)bombeiros.

Nos últimos anos, as “milícias” que operam no Grande Rio intensificaram a expulsão de traficantes de várias grandes favelas e a venda de “proteção” à população pobre, estabelecendo padrões de intimidação e extorsão que já chegaram, inclusive, a alguns bairros da cidade formal. Ao que tudo indica, as “milícias” representam um outro patamar do capitalismo criminal-informal no Rio de Janeiro, no que se refere ao comércio de drogas de varejo e a outras atividades econômicas: em vez de apenas extorquir traficantes, policiais e ex-policiais passaram a desterritorializar os “criminosos sem uniforme”² e a operar diferentes tipos de negócios ilícitos. Ironicamente, entre esses negócios ilícitos – e ao lado da venda de “proteção” contra os traficantes – está, ao menos em alguns casos, o próprio tráfico de drogas. Do ângulo (socio)político, a ascensão das “milícias” vem representando um novo e grave momento na história do Rio: diferentemente dos “esquadrões da morte” de épocas passadas, os “milicianos” de hoje se autonomizaram, não se contentando em prestar serviços para comerciantes de periferia ameaçados por pequenos bandidos e assustados; passaram a operar sistematicamente negócios, com base na territorialização (controle espacial) exercido sobre certas áreas e suas populações. E, como mencionado, começaram a eleger seus próprios homens de confiança para exercer mandatos legislativos.

No Rio de Janeiro, há muito tempo que a população, descrente de uma polícia reconhecidamente corrupta e (e, em parte, porque) deficientemente remunerada, equipada e treinada, faz brincadeiras do tipo: “Socorro! Chama o ladrão, que a polícia vem aí!”. Para a população das favelas, espremida entre a cruz e a caldeirinha, os traficantes de varejo, às vezes, realmente representam um mal menor, o que, aliás, leva a uma incompreensão, especialmente da classe média, que, por conta disso, acostumou-se a acusar os favelados, entre outras coisas, de “coniventes” com os traficantes, como se fosse uma questão de escolha. Em face das “milícias”, é de se perguntar: no caso de espaços controlados não por criminosos em sentido mais corriqueiro, mas sim por (ex-)policiais corruptos e criminosos, o que resta, aos olhos da população pobre, de credibilidade do Estado, a não ser sua face repressora? O que esperar, no longo prazo, caso a “instabilidade” do varejão – venda a retalho – do tráfico semiorganizado (constantes e sangrentas disputas territoriais, na verdade disputas por mercado e pontos logisticamente estratégicos) seja substituída por uma razoável “estabilidade” de uma “paz miliciana” flanqueada por diversos arranjos e acumpliciamentos com a face formal do Estado capitalista?³. “Pertinentes” ao Estado (em sua face formal), aos

²“Criminosos de uniforme” é como a população pobre do Rio de Janeiro, obviamente não sem razão, muitas vezes se refere à polícia.

³Sobre estas questões e, em especial, as consequências em termos de margem de manobra para os movimentos sociais emancipatórios, ver Souza (2008).

chefetes microlocais do tráfico de drogas ou a “milicianos”, as “comunidades”, de fato, nunca se pertenceram plenamente.

O papel da mídia

O papel da grande imprensa tem se revelado crucial e, pode-se dizer, estratégico, ao longo deste mais recente capítulo da militarização da questão urbana.

A (re)produção ampliada dos sentimentos de medo e insegurança da população é indescolável, como procurei enfatizar em *Fobópole* (Souza, 2008), do tripé constituído pelo *mercado da segurança* (que fabrica armas, vende carros com blindagem especial e oferece uma legião de vigilantes particulares, mas também constrói “condomínios fechados”, *shopping centers* e outros símbolos da autoss segregação da elite e da classe média alta), pelo *sistema político-eleitoral* (que cada vez mais explora o medo do eleitorado, seja em relação ao terrorismo, como nos Estados Unidos; seja em relação à criminalidade violenta ordinária, como no Brasil) e pelo *mercado da informação*. No momento, observa-se, no Rio de Janeiro, uma interessante mudança de tom por parte da mídia, em especial por parte da *TV Globo* (e da *Globonews*, de TV a cabo) e do jornal *O Globo*: em vez de explorar os fatos relativos à criminalidade violenta, conferindo ao Rio de Janeiro um destaque parcialmente desproporcional (uma vez que, no que se refere a vários tipos de crimes violentos, a começar pelos homicídios, desde a década de 80 que se pode facilmente constatar como outras capitais, por exemplo Recife, geralmente apresentaram índices mais elevados que o Rio), a mídia “global” passou a investir no que poderia ser chamado de a construção de um “épico” *fortemente ideológico*: as Forças do Bem contra as Forças do Mal, o “Dia D”, a colaboração e o apoio da população, por meio do “Disque Denúncia” e pelas pesquisas de opinião.

Corações e mentes (os corações muito mais que as mentes) vêm sendo inusitadamente mobilizados para dar suporte de massas às “operações de guerra” empreendidas pelo Estado. A *Rede Globo*, muito embora tenha, timidamente, começado a noticiar relatos de abusos das forças policiais contra moradores da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, não deixou de produzir um estilo de cobertura jornalística que, muito mais do que ser acriticamente simpático às ações de “reconquista” em curso, tem se revelado até operacionalmente simbiótico com o Estado e quase indissociável de sua dinâmica.

O estilo de outras empresas jornalísticas não tem sido muito diferente, se bem que a *Folha de S. Paulo* (ou um ou outro articulista deste jornal) venha se mostrando, a esse respeito, um pouco mais comedida e um pouco menos sensacionalista. Uma pequena matéria de Nelson de Sá, um dos articulistas, publicada em um cantinho da página C5 da edição de 29/11/2010, traz, porém, o que pode

ser reputado como uma das chaves para o nosso entendimento da construção do “épico” acima mencionado:

Ameaçada pela Record no Rio, a Globo derrubou parte da programação regular a partir de quinta, repetindo a cobertura da enchente que em 1966, em cinco dias, com Walter Clark, a estabeleceu como a TV da cidade. Assim foi até ontem, com a tomada do Complexo do Alemão [...] – e sua transmissão ao vivo bateu a Record por grande margem.

E prossegue assim o articulista:

A cobertura global [...] se fundiu ao próprio Estado, em engajamento semelhante ao da Fox News no Iraque. Sua repórter chegou ao Alemão ao lado da polícia. [...]. O discurso de refundação do Estado nas áreas retomadas foi único, da cobertura como das autoridades na transmissão. [...] No dizer do relações públicas da Polícia Militar, “um novo tipo de guerra, também é uma guerra midiática”.

Poderíamos dizer: é, essencialmente, e em vários sentidos, uma “guerra midiática”.

A dimensão “biopolítica” das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)

Em artigo publicado no jornal Passa Palavra, Eduardo Tomazine Teixeira (2010) examinou algumas características das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implementadas em pouco mais de dez favelas do Rio de Janeiro. O autor contribui, entre outras coisas, para chamar a atenção para a geograficidade da estratégia das UPPs, como a sua localização preferencial: avelas encravadas em meio a áreas turísticas e de residência dos mais privilegiados, na Zona Sul da cidade.

Ao que tudo indica, as UPPs representam, ao menos em parte, uma espécie de eficaz asfixia do tráfico de varejo, *pontualmente*, ao se lograr a desterritorialização dos traficantes de varejo em relação a *algumas* favelas. Para além do que é comentado, geralmente de modo superficial na grande imprensa, no que diz respeito ao temor da classe média de uma “migração” cada vez maior da violência para a “cidade formal”, devido ao desespero de traficantes que se veriam sem grande parte de sua fonte de renda habitual, é preciso salientar que a estratégia das UPPs, independentemente de suas outras limitações (e possíveis “perversidades”), é fundamentalmente *irreprodutível* em larga escala. Em 26 de novembro de 2010, jornalistas da *Folha de S. Paulo*, repercutindo declarações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, informaram que “não haverá instalação imediata de uma UPP na comunidade [da Vila Cruzeiro]

– para isso seria necessário um efetivo de 2.000 a 3.000 novos policiais, hoje indisponível”⁴. Como, em uma escala global, os Estados Unidos bem sabem (e como os antigos romanos, Napoleão e Hitler, em parte dolorosamente, aprenderam muito bem), mais cedo do que tarde qualquer potência militar percebe os limites para se multiplicar contingentes de ocupação em “territórios inimigos”. A geopolítica urbana em curso de aplicação no Rio de Janeiro, tão exitosa midiaticamente – do apoio entusiasmado que a classe média e mesmo os *experts* em segurança pública (e até muitos pobres) vêm dando às UPPs ao sucesso de operações pontuais de “reconquista territorial” como a do assim apelidado “Dia D” –, não é, contudo, exceção. As UPPs não poderão ser instaladas em mais que uma pequena fração das cerca de mil favelas do Rio de Janeiro, e não haveria como ser diferente.

Existem, no entanto, outras consequências das UPPs. Se os traficantes, fisicamente, migrarem para favelas mais distantes e lá se reinstalarem, desalojando outros traficantes ou territorializando novos espaços segregados, isso não contrariará frontalmente o atingimento do objetivo prioritário que é, afinal de contas, garantir maior tranquilidade para a classe média e os turistas, já pensando na Copa do Mundo em 2014 e nas Olimpíadas em 2016. Mas há mais: conforme o deputado estadual Marcelo Freixo já chegou, com preocupação, a reconhecer, em artigos de jornal e declarações públicas, existe um risco de que, com a valorização imobiliária que se vem observando no entorno formal de favelas já “pacificadas” e mesmo no que concerne ao mercado informal de certas favelas, a própria dinâmica de valorização do espaço vá, aos poucos, empurrando para fora das favelas da Zona Sul os moradores mais pobres, que seriam substituídos por camadas de poder aquisitivo um pouco maior – ou até bem maior, dependendo da localização. É o que se conhece, há muitos anos, como “expulsão branca”, e que, segundo algumas evidências, já teve início anos atrás, acanhadamente, com o próprio Programa Favela-Bairro. As UPPs, portanto, a serviço, no médio e longo prazos, do capital imobiliário? Eis um cenário altamente provável, e surgem os indícios de que, especialmente em uma parte da cidade, isso já começa, devagar, a se tornar realidade.

Qual seria, enfim, o significado das UPPs, no contexto da geopolítica urbana em curso, e que envolve diferentes aspectos?

O filme “Tropa de Elite” pareceu induzir o espectador a desdenhar preocupações críticas em torno do papel do Estado e do desrespeito aos direitos

⁴Folha de S. Paulo, p. C3.

humanos, usando, como uma de suas “ilustrações” mais emblemáticas, uma turma de estudantes da PUC que discutia ideias do filósofo Michel Foucault⁵. À luz da evidente importância estratégica do controle territorial nos marcos da atual linha da Secretaria de Segurança Pública do Rio, conforme tem sublinhado com insistência o secretário José Mariano Beltrame, vale a pena, justamente, *retornar* a Foucault, inclusive para *complementá-lo* e, em parte, *retificá-lo* em dois pontos:

1. Embora o autor tenha colaborado de maneira destacada e quase ímpar para a compreensão da “microfísica do poder” e da importância de se enxergar o poder (e a ideia de poder) para muito além do Estado, o termo “território” foi por ele empregado, via de regra, para se referir ao aparelho de Estado e à sua “soberania”. No entanto, todo e cada poder que se exerce, inclusive nas escalas mais acanhadas, “microfísicas”, possui uma dimensão espacial, vale dizer, propriamente territorial⁶. Como outros autores também já reconheceram, explícita ou implicitamente⁷, o uso que Foucault faz do termo “território” é bastante restrito. O que está em curso, no Rio de Janeiro, é um complexo conflito de territorialidades, com interesses econômicos e políticos divergentes por trás (sendo que ainda falta incorporar um agente à análise, as “milícias”, o que será feito na próxima seção). E, por parte do Estado, claramente se vê o desenho, cada vez mais nítido, de uma *geopolítica urbana* – ainda tateante, capenga (basta pensar na ineficiência e no elevado grau de corrupção que assolam as polícias fluminenses), mas nem por isso negligenciável.

2. Durante seus últimos cursos no *Collège de France*, Foucault testou e explorou o assunto da “biopolítica”, que seria uma “tecnologia de poder” distinta da “soberania” (que um Estado exerceria territorialmente) e da “disciplina” (que seria exercida com o auxílio de estruturas espaciais como a prisão, o manicômio, etc.). A “biopolítica”, como o nome sugere, seria a tentativa de enquadramento de populações não por meio da repressão, mas sim mediante um conhecimento de características populacionais (através de recenseamentos e similares) e uma tentativa de interferir, com base nisso, para fazer face a situações contingentes e

⁵Refiro-me ao primeiro dos dois filmes. O seguinte, “Tropa de Elite 2”, de 2010, representa uma nítida mudança de tom, talvez buscada pelo diretor José Padilha para se redimir da pecha de patrocinador de um “filme fascista”, acusação sofrida em função do primeiro filme.

⁶O território não deve ser entendido, como ainda hoje muitas vezes o é, como sinônimo de “espaço geográfico” em geral. Um território é um espaço social qualificado, em primeiro lugar e acima de tudo, pela dimensão do poder. Ele constitui uma espécie de “campo de força”, que corresponde às relações de poder (exercício do poder: estatal ou não, duradouro ou efêmero, heterônomo ou autônomo) referidas a um espaço material (e a identidades e ideologias sócio-espaciais) específico. A este respeito, ver por exemplo Souza (1995) “O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, contido na coletânea Geografia: Conceitos e temas, organizada Castro et al.

⁷Por exemplo, Haesbaert (2008).

largamente inevitáveis (mas de algum modo a serem enfrentadas), como epidemias⁸. As preocupações com a “segurança pública” igualmente devem, e com destaque, ser articuladas com as atuações estatais no campo “biopolítico”, não menos que os esforços de enquadramento especificamente *soft* e vinculados às políticas e legislações de “bem-estar” (legislação trabalhista e previdenciária, etc.), como foi o caso, principalmente em certos países europeus – coisas que podem ser entendidas como as versões modernas do “poder pastoral”, para utilizar uma outra expressão foucaultiana⁹. Todavia, Foucault equivocou-se um pouco ao sugerir que o “poder pastoral”, mais que ao “território” (como é o caso do Estado em sua busca de preservação da soberania), visaria as populações, em sua multiplicidade¹⁰. Ora, Foucault sabia que, também no que diz respeito à “segurança”, populações e espaço são, sempre, indissociáveis – e, como se pode ver, as UPPs, ao mesclarem uma promessa de políticas públicas “sociais” (compensatórias) com uma ocupação armada, apresentam, cristalinamente, uma dimensão “biopolítica”, para além das tradicionais ações meramente repressivas. Dessa combinação deriva, aliás, em grande parte, a sua ampla aceitação, inclusive por uma classe média “arejada”. Mas não se trata somente do “espaço”, em geral (na sua materialidade, ou como um “meio” em que operam redes e fluxos). Trata-se, muito propriamente, também de *territórios* e *processos de territorialização* (e *desterritorialização*). Territórios controlados por agentes diversos; territórios em escala microlocal (favela, bairro, conjunto habitacional), que em parte se superpõem relativamente a outros territórios referenciados a outras escalas, em parte se justapõem uns aos outros; territórios que atritam uns com os outros e se sucedem, ao longo das fricções e alterações em matéria de relações de poder. A territorialidade conta, portanto, e muito; em todas as escalas, e em conexão com as políticas estatais de controle para além da “soberania” e da “disciplina”, da repressão, do “vigiar e punir”.

⁸Segundo Foucault (2008: 431), a “biopolítica” ou o “biopoder” consistiria na “maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...”

⁹[...] [A] história do pastorado como modelo, como matriz de procedimentos de governo dos homens, essa história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo.” (Michel Foucault, Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, pág. 196) Porém, como Foucault esclarece, “[i]sso não quer dizer que o poder pastoral tenha permanecido uma estrutura invariante e fixa ao longo do quinze, dezoito ou vinte séculos da história cristã. Pode-se até mesmo dizer que esse poder pastoral, sua importância, seu vigor, a própria profundidade da sua implantação se medem pela intensidade e pela multiplicidade das agitações, revoltas, descontentamentos, lutas, batalhas, guerras sangrentas travadas em torno dele, por ele e contra ele.” (Foucault, 2008: 197).

¹⁰Conforme Foucault, “[...] a ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território.” (2008: 173).

O Haiti como “laboratório”: o significado mais amplo da “reconquista do(s) território(s)”

Para quem conhece e gosta de História, a palavra “reconquista” se vincula a um processo associado a uma espiral de fervor patriótico e fanatismo religioso: *la reconquista* da Península Ibérica, com a expulsão definitiva dos mouros pelos espanhóis. *Reconquista* que, como se sabe, foi a antessala da *conquista* da América e a escravização e o genocídio das populações ameríndias.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, já havia, em 2007, após inspecionar tropas brasileiras estacionadas no Haiti, em “missão de paz” sob mandato da ONU, dado a entender que aquela experiência serviria de base para futuras operações das Forças Armadas em solo brasileiro, desempenhando missões de preservação da “ordem pública”, ou seja, de polícia. E, com efeito, os homens da Brigada Paraquedista que apoiaram a “reconquista” do Complexo do Alemão serviram, precisamente, no Haiti. De Cité Soleil, maior favela de Porto Príncipe, para o Complexo do Alemão: realiza-se, gradualmente, um plano tecido de longa data.

Vale a pena registrar que, em 1988, o então comandante e diretor de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), Gal. Muniz Oliva, já fazia notar, ainda que acanhadamente, em um artigo intitulado “ESG: Opções político-estratégicas para o Brasil”, a importância crescente de preocupações envolvendo a criminalidade comum como fator de tensionamento social (Oliva, 1988). Antes mesmo do fim “declarado” da Guerra Fria, por conseguinte, já havia, nas fileiras militares brasileiras, quem entresse e sugerisse, nas entrelinhas, o gradual deslocamento do foco a propósito do “inimigo interno”: em vez dos “comunistas”, os “bandidos” e outros representantes de comportamentos contrários à “ordem”. Curiosamente, os novos “subversivos” ofereceriam alguns elementos de conexão aparentes com as típicas obsessões do imaginário militar brasileiro: simbólico-terminologicamente e, em parte, organizacionalmente (“Comando Vermelho”, “Primeiro Comando da Capital”). Não têm faltado, entre militares e policiais, mas também no meio jornalístico e até na academia, aqueles que, nos últimos anos, e novamente em fins de novembro de 2010, tecem paralelos (às vezes parcialmente pertinentes, mas comumente exagerados e sem rigor) entre as ações e padrões de atuação dos criminosos, de um lado, e práticas guerrilheiras e terroristas, de outro.

Em 2 de dezembro, portanto menos de uma semana depois da “reconquista” do Complexo do Alemão com o auxílio dos paraquedistas, as emissoras de televisão noticiavam a decisão de, em um futuro próximo, ou em uma “segunda fase” da operação policial-militar, o Exército estabelecer um contingente permanente no referido Complexo, em missão um tanto análoga à que ele vem

desempenhando no Haiti. No mesmo dia, emissoras de TV divulgaram pesquisa de opinião realizada pelo Ibope, de acordo com a qual 88% da população do Rio estão apoiando as medidas tomadas contra o tráfico de drogas, e nada menos que 93% aprovam a participação das Forças Armadas. Eis, coerentemente, o título da manchete principal do jornal *Estado de Minas* do dia 3 de dezembro, estampada em letras garrafais: “O Haiti é aqui”.

Conforme demonstrou Jorge Zaverucha (2005), e como também indiquei (Souza, 2008), a utilização das Forças Armadas para finalidades de controle social (sócio-espacial) interno ao país é algo que vem sendo preparado e ensaiado há muito tempo, desde o início da década de 1990. Os riscos disso não são poucos, em um país marcado pela alternância de regimes autoritários explícitos (como em 1964-1985) e momentos de “democracia” representativa um tanto caricatural, em que os direitos humanos de grande parcela da população são sistematicamente desrespeitados. Mas, como o medo é mau conselheiro, amplos setores da sociedade civil, a começar pela grande imprensa, se mostram crescentemente favoráveis a apoiar, e com cada vez menos ressalvas, a militarização explícita da questão urbana. Se antes esta era amiúde reduzida a um “caso de polícia”, agora avança-se, a passos largos, para torná-la, de maneira plenamente institucionalizada, uma questão militar. Os efeitos que isso pode, no longo prazo, acarretar, são em parte previsíveis: aumento da corrupção e dos “desvios de conduta” nas fileiras do próprio Exército; possibilidade incrementada de sistemática utilização futura das tropas para reprimir movimentos sociais emancipatórios e todo protesto que for criminalizado e julgado como uma ameaça à “ordem pública”, em uma reedição atualizada dos temores paranoides referentes à “segurança nacional”; novo momento histórico de afastamento dos militares em relação ao papel precípua que lhes consagra a Constituição, a defesa externa, com prováveis consequências políticas internas nefastas. Porém, quem liga para tudo isso, nas atuais circunstâncias?

Seja lá como for, é de se perguntar: para além dos efeitos de chauvinismo local ou, em menor grau, também propriamente nacional, com os sentimentos de “estamos vencendo” insuflados em grande parte da população em meio à “guerra midiática”, o que é que, afinal de contas, podem mesmo os mais crédulos esperar já no médio prazo no que tange ao combate à criminalidade?

As imagens das tropas do Exército desfilando por ruelas do Complexo do Alemão, inclusive com banda de música, em 2008, parecem ter caído no esquecimento. Interessantemente, pareceu a alguns ou a muitos, naquela ocasião, que as “forças da ordem” se haviam apossado, definitivamente, daquele “território inimigo”. Não se passou muito tempo para que, atropelado pelos fatos, o efeito do espalhamento midiático fosse reduzido a nada.

O que teria mudado que justificaria, agora, maior otimismo?

É certo que algo mudou: parece haver um grau de concertação e uma “inteligência sistêmica” maiores agora, e a entrada em cena das UPPs é apenas um aspecto (embora muito importante) do novo cenário. Quanto a isso justificar “otimismo”, entretanto, é, sem dúvida, uma questão de perspectiva. Ou de interesse(s).

Na esteira das UPPs, e apesar da onda de incêndios atribuídos aos traficantes de varejo em fins de novembro de 2010 (e que foi, aliás, o que deflagrou o novo capítulo da militarização), a classe média, está, após o “Dia D”, mais aliviada. Resta saber por quanto tempo.

Quanto aos pobres, que são a grande maioria da população da cidade e do país¹¹, seguramente continuam e continuarão sendo estigmatizados e segregados, ainda que, às vezes, em lugares mais distantes – ou, também, separados internamente e classificados político-ideologicamente, entre “bons pobres” (a “classe média baixa” “ordeira” e “bem-comportada”, residente em loteamentos irregulares ou em favelas “pacificadas”) e “maus pobres” (os moradores de ocupações de sem-teto, os ambulantes que insistem em sua estratégia de sobrevivência, os moradores de favelas “não pacificadas”). Admirável mundo novo!

Bibliografia

- FOUCAULT, Michel (2008). O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.
- HAESBAERT, Rogério (2008). Sociedades biopolíticas de in-segurança e descontrolo dos territórios. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de et al. (orgs). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas [II]. Rio de Janeiro: Lamparina.
- OLIVA, Oswaldo Muniz Oliva (1988). ESG: Opções político-estratégicas para o Brasil. Revista da Escola Superior de Guerra, v. IV, n. 9.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2010). Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? Passa Palavras, São Paulo, 25 de junho.

¹¹A despeito dos esforços de celebração midiática de uma “nova classe média” na qual, forçadamente, são enfiadas as camadas de assalariados suburbanos, periféricos e até favelados capazes de adquirir certos eletrodomésticos ou um automóvel.

- SOUZA, Marcelo Lopes de (2008). Fobópolis: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,
- _____(1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de et al. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ZAVERUCHA, Jorge (2005). FHC, Forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record.